

EDITORIAL

Neste semestre foram divulgados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada pelo IBGE entre outubro e dezembro de 1995, e considerada como o maior levantamento de indicadores socioeconômicos do país.

Em síntese, os números mostram queda da concentração de renda e da mortalidade infantil, melhora do Índice de Desenvolvimento Humano e do nível de escolarização de nossas crianças. Fazendo uma comparação com o último levantamento, os 10% mais ricos possuíam em 1995 48,2% da renda nacional, contra 49,8% em 1993, e os 10% mais pobres passaram de 0,7% em 1993 para 1,1% em 1995. A mortalidade infantil caiu a 42,5 por mil. A diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, apontada pela ONU e que colocou o Brasil no topo do ranking internacional em 1993, com 32 vezes, cai para 19,5 vezes com os resultados da última PNAD. Em números absolutos, em 1995 haviam 450 mil crianças escolarizadas além daquelas matriculadas em 1993. Mas é preciso ter cautela com excesso de otimismo. Estes indicadores, ao contrário do que podem sugerir em uma análise apressada, ainda refletem grandes deficiências estruturais.

A concentração de renda dos 10% mais pobres já atingiu 1% em 1986, conseqüente da pseudo-estabilidade gerada pelo Plano Cruzado, e que revelou conseqüências catastróficas para o conjunto da sociedade. O valor de 1,1% em 1995 é ainda uma vergonha. Ao lado da melhora do poder aquisitivo da população de baixa renda, neste ano observamos a escalada preocupante do desemprego, resultado da retração do setor produtivo endividado e concordatário.

Persistem os focos de miserabilidade, onde os efeitos das macro políticas públicas não chegam, perpetuando as diferenças regionais. No Nordeste, 20% das crianças em idade escolar não estão matriculadas, e entre as matriculadas a desnutrição moderada ou crônica chega a ser superior a 28%¹.

Apesar do inegável impacto que o Plano Real trouxe sobre o poder de compra dos salários, que o trabalhador via ser corroído com velocidade alucinante nos primeiros dias após o recebimento de seus vencimentos, a "dívida social" não foi resgatada, e já virou jargão. Para a efetivação deste compromisso, a sociedade aguarda atenta medidas efetivas que indiquem taxas de crescimento que se traduzam no alívio da política de juros elevados, com conseqüente retomada de investimento no setor produtivo e geração de empregos, bem como tratamento realista à questão da reforma agrária.

Portanto, não há o que comemorar. Pelo menos, por enquanto.

Semiramis Martins Álvares Domene

⁽¹⁾ RIVERA, F. et al. A desnutrição crônica... Revista de Nutrição da PUCCAMP, v.7, n. 2, p.113-131,1994.